



GT 71. Questões ético-metodológicas em pesquisas com crianças

Coordenador(es):

Emilene Leite de Sousa (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

Flávia Ferreira Pires (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria do Socorro Rayol Amoras (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Este GT visa reunir trabalhos que contribuam na reflexão sobre questões ético-metodológicas na pesquisa com crianças com o intuito de mapear e problematizar os desafios epistemológicos que enfrentamos. Selecionaremos propostas sobre o método etnográfico e os usos das técnicas tradicionais da antropologia como entrevistas, conversas informais e observação em pesquisas de campo com crianças, mas também o uso de técnicas como os desenhos, redações, gravadores, máquinas fotográficas e câmeras; métodos combinados, as crianças como co-investigadoras. Do ponto de vista ético, quais procedimentos éticos temos tomado e como lidamos com a singularidade de pesquisar sujeitos tutelados que não respondem legalmente pelos seus atos, mas que nem por isso deixam de ser entendidos enquanto sujeitos de direitos e pessoas/indivíduos plenos? Assim, através do debate sobre metodologia e ética, central para o conhecimento antropológico, objetivamos avançar o debate no campo da Antropologia, entendendo melhor a importância de pesquisas cuja ênfase esteja nos sentidos e na experiência desses sujeitos, - que ainda são pouco ouvidos pela antropologia mainstream. A importância deste GT é reforçada no atual cenário político, em um contexto de cortes de verbas e recursos para pesquisa. Os impactos serão inevitáveis, o que fortalece a importância de pensarmos nossas metodologias de pesquisa em tempos de crise. Aqui a pesquisa aparece como um ato de resistência e sua divulgação imperativa.

Impasses ético-metodológicos em pesquisas com crianças institucionalizadas

Autoria: Jessica de Sousa Lima (UFMA - Universidade Federal do Maranhão), EMILENE LEITE DE SOUSA

O mote desta pesquisa é a experiência com a infância vivenciada numa instituição de acolhimento infantil na cidade de Imperatriz: a Casa da Criança. Neste artigo, a nossa análise focará no itinerário metodológico percorrido nesta investigação sobre e com crianças institucionalizadas. Assim, avaliaremos técnicas e instrumentos tradicionalmente utilizados no empreendimento etnográfico em suas limitações éticas, como as fotografias e desenhos. Nós nos deteremos às questões burocráticas e éticas da pesquisa, em seus impasses e entraves no caso de pesquisa com crianças institucionalizadas. Neste percurso de realização da pesquisa, destacamos algumas ações a serem analisadas, tais como a elaboração de requerimento direcionado ao juízo da Vara da Infância e Juventude da comarca de Imperatriz; autorização do magistrado mediante cláusula de sigilo da identidade das crianças; assinatura da pesquisadora concordando com os termos estipulados, dentre eles: preservação dos nomes, rostos ? em desenhos e fotografias - e histórias de vida das crianças. Ora, em tempos de reconhecimento das crianças como co-autoras do texto etnográfico, como omitir nomes e rostos? Como expor desenhos sem suas autorias? Este artigo se dedicará a estas e outras questões ético-metodológicas de pesquisa com crianças institucionalizadas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: